

O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PRIVADAS

Raquel Adriano Momm Maciel de Camargo¹

RESUMO

Identificação do Ensino Religioso na Lei de Diretrizes e Base para a Educação Nacional (LDB), na qual o Estado avocou para si a promoção do ensino religioso no âmbito da escola pública. Todavia, em cumprimento ao princípio do laicismo republicano, a tal implementação deve ser feita ouvindo os vários segmentos religiosos. Conforme estabelecido pela Resolução nº 2/88 da CEB/CNE as escolas privadas não possuem obrigatoriedade na oferta. Pronunciamento no Parecer 97/99 do CNE qual "Indica que não é papel do Conselho estabelecer normas para habilitação de professores ou uma diretriz curricular nacional". Direito de prestação de serviços educacionais para escolas particulares presentes na Constituição Federal, notadamente de Ensino Religioso, estribadas na livre iniciativa e no princípio de laicismo do Estado. Parecer do CEE/PR que deixa a critério das escolas privadas a obrigatoriedade de presença nas aulas de Ensino Religioso.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Escola Privada; Educação Cristã

ABSTRACT

Religious Education Identification of the Law of Guidelines and Basis for National Education (LDB), in which the state itself avocou for the promotion of religious education in public school. However, in compliance with the principle of republican secularism, to the implementation of the various religious segments should be made ears. As established by Resolution No. 2/88 of the CEB / CNE private schools have no obligation on offer. Speaking at the CNE Opinion 97/99 which "indicates that it is not the role of the Council to establish standards for qualification of teachers or a national curriculum guidelines." Right to provide educational services to private schools present in the Federal Constitution, especially of Religious Education, on free enterprise and the principle of secularism of the state. Opinion of the EEC / PR that leaves the discretion of private schools the mandatory presence in Religious Education classes.

Key-words: Religious education; Private School; Christian Education

¹ Mestranda em Administração pela UFPR. MBA em Gestão de Organizações de Ensino pela OPET. Psicóloga e Licenciada em Psicologia pela UFPR. Graduanda da Revalidação de Créditos do Bacharelado em Teologia da Faculdade Cristã de Curitiba. Diretora do Centro Educacional Evangélico – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Conselheira do SINEPE/PR – Sindicato das Escolas Particulares do Estado do Paraná

1 INTRODUÇÃO

Dentre a diversidade de estudos relacionados ao Ensino Religioso no Brasil, pouco tem sido produzido no sentido de ampliar a compreensão do Ensino Religioso nas Escolas Privadas. Em consequência disso, parte da população e até mesmo dos professores, incorre no equívoco de generalizar para as escolas mantidas pela livre iniciativa, as legislações e regulamentações que foram concebidas exclusivamente para as escolas públicas.

Neste trabalho, procuramos fazer uma breve revisão dos principais aspectos da legislação brasileira quanto ao Ensino Religioso, bem como uma contextualização e relevância das escolas privadas no Brasil.

Nosso trabalho visa apresentar, dois argumentos básicos. Primeiro: a escola privada não é obrigada a ofertar o ensino religioso, se assim for sua escolha filosófica. Segundo: nas escolas privadas a matrícula no Ensino Religioso pode ser obrigatória, de acordo com as características da instituição e sua mantenedora, conforme explicitado na Proposta Pedagógica e Regimento Escolar. Neste caso, a confessionalidade pode ser inerente à própria razão de ser da instituição, de forma que os pais aos matricularem seus filhos assumem a anuência com a proposta de ensino por ela apresentado.

Dessa forma objetivamos apresentar nossa contribuição aos cursos de formação de professores, e professores, com uma análise mais específica sobre a temática do Ensino Religioso nas Escolas Privadas.

2 O ENSINO RELIGIOSO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Iremos apresentar as principais legislações educacionais do Brasil que normatizam o ensino religioso, e têm abrangência em todo território nacional. Primeiramente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e em seguida dos principais atos normativos do Conselho Nacional de Educação: Resolução e Pareceres que tratam do tema.

2.1 O ENSINO RELIGIOSO E A LDB

O Ensino Religioso está presente na principal legislação educacional brasileira, a LDB, e foi motivo da primeira alteração da referida lei, apenas seis meses após sua publicação.

2.1.1 Redação Original da LDB sobre Ensino Religioso

Em 1996, com Fernando Henrique Cardoso na presidência da república e Paulo Renato Souza como Ministro da Educação, o Brasil teve publicada a nova LDB. A redação original da LDB de 20 de dezembro de 1996 sobre Ensino Religioso ficou vigente por apenas sete meses. Estabelecia ela que:

Art. 33º. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino

fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

Essa redação pouco chegou a vigorar nas escolas brasileiras, visto que foi divulgada ao final do ano letivo e foi substituída no ano seguinte.

2.1.2 Nova Redação da LDB sobre Ensino Religioso

Sob a mesma Presidência da República e com o mesmo ministro da Educação é publicada a Lei nº 9.475 de 22 de julho de 1997 que dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – e que encontra-se em vigência hoje no Brasil.

Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso." (BRASIL, 1997, p.1)

Ao compararmos as duas redações, verificamos que, o Estado Brasileiro avocou para si o ônus, inclusive financeiro, de promover o ensino religioso no país no âmbito da escola pública.

Há que se mencionar que mesmo em tal cenário não haveria comprometimento do laicismo estatal este pois deve ser entendido como sendo:

"...um *princípio*, uma *ideologia* de matriz claramente humanista que, ao valorizar as dimensões mais universais do ser humano, entendido na sua individualidade plural, tem um sentido contrário ao *etnicismo* ou, melhor, aos *etnicismos* – *regionalismos, nacionalismos*, etc. – que, acima de tudo, valorizam as diferenças e os particularismos por que se podem afirmar os diferentes grupos humanos.

... a construção de uma sociedade em que um qualquer grupo social de aspiração dominante, tenha ele a matriz étnica, que tiver (histórica, rracica, religiosa, linguística, estética, económica, etc.), se não possa impor, autoritária e totalitariamente, autocraticamente, aos demais elementos que a integram” (MATEUS, 2006, p. 1)

Deste modo, é possível verificar que no conceito de laicismo assumido pelo Estado brasileiro, não há lugar para partidarismos de nenhuma ordem quer racial, étnica ou mesmo religiosa. Assim, constamos que vivemos sob a égide de um ordenamento jurídico laico mas não ateu, pois de outro modo não poderíamos falar em Estado laico.

2.2 ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2.2.1 Resolução nº02/98

A Resolução nº 2, de 7 de abril de 1998 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, onde são estabelecidas a Base Nacional Comum e a possibilidade de inserção da parte diversificada.

IV - Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental e:

- a) a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como: 1. a saúde 2. a sexualidade 3. a vida familiar e social 4. o meio ambiente 5. o trabalho 6. a ciência e a tecnologia 7. a cultura 8. as linguagens. (BRASIL, 1998, p.1)

Nas áreas do conhecimento são listadas dez áreas, sendo a segunda delas – Língua Materna- exclusiva para populações indígenas e migrantes, e décima área do conhecimento - a Educação Religiosa – acompanhada de uma recomendação. Que aconteça na forma do art. 33 da LDB. Mais adiante em “Ensino Religioso e Escola Privada – a Não obrigatoriedade da Oferta” retornaremos à este assunto.

- b) as áreas de conhecimento: 1. Língua Portuguesa 2. Língua Materna, para populações indígenas e migrantes 3. Matemática 4. Ciências 5. Geografia 6. História 7. Língua Estrangeira 8. Educação Artística 9. Educação Física 10. Educação Religiosa, na forma do art. 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 1998, p. 2)

2.2.2 Parecer nº16/98

O Parecer Nº 16/98 do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica - aprovado em 2.6.98 é feito em resposta a uma consulta sobre a carga horária do ensino religioso no ensino fundamental cuja interessada é a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina.

No parecer são abordados os seguintes temas: 1) a função social do Ensino Religioso; 2) o ensino religioso na escola; 3) o preceito legal maior; e 4) consulta à sociedade civil e às denominações religiosas.

2.2.3 Parecer nº97/99

Formalmente, seu assunto é a formação de Professores para o Ensino Religioso nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental. Referindo-se à Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997, que substitui o artigo 33 da LDB, no parecer 97/99 o Conselho Nacional de Educação. Trata também da questão dos conteúdos no ensino religioso e reconhece que não é papel do Conselho Federal de Educação definir conteúdos: “Nesta formulação, a matéria parece fugir à competência deste Conselho, pois a questão da fixação de conteúdos e habilitação e admissão dos professores fica a cargo dos diferentes sistemas de ensino.

Ressalta que a lei 9.475/97 não trata apenas da definição dos conteúdos do ensino religioso, “mas também das normas para habilitação e admissão de professores”. E indica as demandas que chegam ao Conselho:

Entretanto, a questão se recoloca para o Conselho e, especialmente, para esta Câmara, no que diz respeito à formação de professores para o ensino religioso, em nível superior, no Sistema Federal de Ensino. Têm chegado ao Conselho solicitações de autorização e reconhecimento de cursos de licenciatura em ensino religioso.

Como a Lei nº 9.475 não se refere especificamente a esta questão, o problema precisa ser resolvido à luz da legislação maior, da própria Constituição Federal, dentro das limitações estabelecidas pela lei acima referida e pela própria Lei nº 9.394, nos artigos e parágrafos não alterados pela legislação posterior. (BRASIL, 1999, p.3)

Indica que não é papel do Conselho estabelecer normas para habilitação de professores ou uma diretriz curricular nacional:

Em primeiro lugar, deve-se considerar que, atribuindo a lei aos diferentes sistemas de ensino, não só a definição dos conteúdos do ensino religioso, mas também as normas para habilitação e admissão dos professores, é impossível prever a diversidade das orientações estaduais e municipais e, assim, estabelecer uma diretriz curricular uniforme para uma licenciatura em ensino religioso que cubra as diferentes opções. (BRASIL, 1999, p.3)

Estabelece que não há impedimento que a formação de professores seja feita por entidades religiosas:

Em segundo lugar, precisamos reconhecer que a Lei nº 9.475 não se refere à formação de professores, isto é, ao estabelecimento de cursos que habilitem para esta docência, mas atribui aos sistemas de ensino tão somente o estabelecimento de normas para habilitação e admissão dos professores. Supõe-se portanto que esses professores possam ser recrutados em diferentes áreas e deveriam obedecer a um processo específico de habilitação. Não se contempla, necessariamente, um curso específico de licenciatura nesta área, nem se impede que formação possa ser feita por entidades religiosas ou organizações ecumênicas. (BRASIL, 1999, p.3)

Sinaliza que o Governo Federal não deve determinar a formação dos futuros professores de Ensino Religioso, pois isso se caracterizaria como interferência “na vida religiosa da população e na autonomia nos sistemas de ensino”:

Considerando estas questões é preciso evitar que o Estado interfira na vida religiosa da população e na autonomia dos sistemas de ensino. Devemos considerar que, se o Governo Federal determinar o tipo de formação que devem receber os futuros professores responsáveis pelo ensino religioso, ou estabelecer diretrizes curriculares para curso específico de licenciatura em ensino religioso, estará determinado, em grande parte, o conteúdo do ensino religioso a ser ministrado. (BRASIL, 1999, p.3)

E finaliza que é impossível definir uma orientação nacional sem ferir a independência da Igreja e do Estado.

Esta parece ser, realmente, a questão crucial: a imperiosa necessidade, por parte do Estado, de não interferir e portanto não se manifestar sobre qual o conteúdo ou a validade desta ou daquela posição religiosa e, muito menos, de decidir sobre o caráter mais ou menos ecumênico de conteúdos propostos. Menos ainda deve ser colocado na posição de arbitrar quando, optando-se por uma posição ecumênica, diferentes seitas ou igrejas contestem os referidos conteúdos da perspectiva de sua posição religiosa, ou argumentem que elas não estão contempladas na programação. Por estas razões, parece-nos impossível, sem ferir a necessária independência entre Igreja e Estado, estabelecer uma orientação nacional uniforme que seria necessária para a observância dos processos atuais de autorização e reconhecimento. (BRASIL, 1999, p.3)

3 AS ESCOLAS PRIVADAS

Iremos discorrer brevemente sobre a história e sobre os números das escolas privadas no Brasil, a fim de demonstrar a importância dessas escolas do cenários histórico e atual brasileiro, bem como os principais pressupostos legais que asseguram sua existência.

3.1 ORIGEM DAS ESCOLAS PRIVADAS NO BRASIL

De acordo com ALVES(2009), a presença histórica das escolas privadas no Brasil inicia-se no século XVI. No artigo “A história da educação privada brasileira e o princípio democrático da livre iniciativa”. Relata o autor:

A educação escolar no Brasil nasceu em 1553 a partir da iniciativa privada, quando os Franciscanos fundaram na Bahia, o primeiro estabelecimento de ensino. A atuação da escola privada na educação brasileira, nos seus mais diferentes formatos que assumiu ao longo dos últimos cinco séculos, deu-se de forma ininterrupta na história do nosso país, efetivando uma contribuição importante à formação e ao desenvolvimento da sociedade brasileira. (ALVES, 2009, p.71)

Neste primeiro momento, quando ainda não existiam escolas públicas no Brasil, as escolas privadas eram basicamente as escolas confessionais católicas, conforme diz ALVES (2009):

Comentar a atuação do ensino privado na educação brasileira passa necessariamente pela escola confessional, mormente a católica, por força

dos laços construídos histórica e culturalmente. Fique claro que tal atuação, no entanto, mesmo quando subvencionada parcialmente pelo poder público, nunca se sujeitou a princípios estatizantes. Ao contrário, sempre salvaguardou os mesmos princípios da livre iniciativa que seguem a nortear a ação da totalidade do ensino privado. Assim, fica patente, que a história do nosso país e do nosso povo seria distinta, e sumamente mais pobre, sem o pioneirismo e o altruísmo do ensino privado. (ALVES, 2009, p.71)

Outro fator indicado por ele é a ininterruptão da presença das escolas privadas:

A expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e do Brasil foi executada, por ordem do Marquês de Pombal, em 1759. Há uma discordância quanto ao número de estabelecimentos de ensino que os Jesuítas possuíam naquela época. Segundo diversos autores eles eram em torno de vinte. Pode-se dizer que com a expulsão dos jesuítas encerra-se a primeira fase da educação brasileira. A presença de outros estabelecimentos particulares assegura a continuidade do ensino privado. (ALVES, 2009, p.72)

Muitas das escolas privadas no Brasil foram criadas a partir da necessidade emergente de educação, em tempos, espaços ou especificidades onde o poder público se fez ausente.

A escola confessional, de denominações variadas, desde tempos imemoriáveis, foi sempre secundada, ainda que em número reduzido, por iniciativas de leigos e mestres-escola que, muitas vezes em suas próprias casas, levavam o conhecimento das primeiras letras às crianças dos mais recônditos rincões deste extenso território. Os exemplos pululam. Ao fazerem de tais iniciativas seu ganha pão não descuravam do ideal magnânimo de forjar valores nas futuras gerações. Algumas vezes ações desta natureza ocorriam de modo improvisado e desprezioso, quase caseiro e familiar, mas não menos revestidas do elevado ideal de instruir a infância, alçando-a do obscurantismo da ignorância. Assim, muitas crianças puderam prosseguir seus estudos, tornando-se figuras de proa em todas as áreas da vida nacional. (ALVES, 2009, p.72)

Na ausência de escolas públicas nos primeiros séculos temos a criação dos primeiros colégios católicos. Nas distantes colônias podemos citar a criação e manutenção das escolas luteranas e menonitas que acompanharam o conjunto do seu modelo migratório.

A realidade e a relevância atual e histórica das escolas privadas no Brasil é pouco conhecida por uma significativa parte dos educadores brasileiros, sobretudo os que fizeram suas licenciaturas sob a bandeira de uma “Educação Pública, Gratuita e de Qualidade” às vezes absorvida sem questionamentos como uma verdade única, absoluta e inquestionável. Há que se refletir ainda que tais formadores de cabeças são, em sua grande maioria, de formação marxista em cuja ideologia o Estado é um ser absoluto não havendo muito espaço a visões particulares.

3.2 AS ESCOLAS PRIVADAS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Previstas na Constituição Brasileira, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Escolas mantidas pela Iniciativa Privada podem ser classificadas em

quatro grandes grupos, bem como mantém peculiaridades em seu funcionamento, em especial por refletirem os objetivos de suas mantenedoras.

3.2.1 As Escolas Privadas na Constituição

A existência das instituições privadas de ensino no Brasil é prevista no Art 205 inciso III da Constituição Federal (CF), mesmo artigo e inciso que prevê a existência das instituições públicas de ensino.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e **privadas de ensino; (grifamos)** (BRASIL, 1988, p.34)

Há que se salientar que as escolas privadas não são uma concessão do Estado. O termo concessão deve ser compreendido como um “contrato administrativo através da qual transfere-se a execução de serviço público para particulares, por prazo certo e determinado”. Ora, como evidencia-se no artigo 206 da CF, o ensino no país não é, ao contrário do uso da força e persecução criminal, prerrogativa exclusiva do Estado, mas uma atividade aberta a toda a sociedade.

No Art. 209 a CF retoma o assunto, deixando claro que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atenda as normas gerais da educação nacional, seja autorizado pelo Poder Público e por ele avaliado.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. (BRASIL, 1988, p.35)

Dentro dessa ótica foi aberto a atividade econômica resultante do ensino à livre iniciativa. Cumpre-nos ressaltar que a livre iniciativa está em pé de igualdade com princípios mais celebrados em nossa sociedade, como por exemplo o da cidadania, dignidade da pessoa humana e o próprio pluralismo partidário. Deste modo, assim como é inconcebível um Brasil com um só partido e ignorando a dignidade da pessoa humana, é igualmente absurdo tolhermos a livre iniciativa, pois deste modo as pessoas somente fariam o que o Estado determinassem o que elas deveria fazer.

No mesmo sentido o Artigo 170 da CF ao estabelecer os Princípios Gerais da Atividade Econômica, entre os quais podemos destacar a defesa do consumidor como referência de valor de tais princípios, estabelece que nenhum cidadão brasileiro está tolhido de buscar a melhor alternativa para si: “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”.

3.2.2 As Escolas Privadas na LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Título II que trata dos Princípios e Fins da Educação Nacional, coloca a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino como um dos princípios bases da educação no Brasil:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;**
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 19º. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. (BRASIL, 1996, p.1)

3.3 AS ESCOLAS PRIVADAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Para verificarmos a abrangência direta das escolas privadas no contexto educacional brasileiro, iremos utilizar uma metodologia quantitativa, com os dados apresentados pela FGV - Fundação Getúlio Vargas em parceria com a FENEP – Federação Nacional das Escolas Particulares no documento “Números do Ensino Privado 2013” que analisa os censos escolares anuais do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - em relação às Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) e o Censo Demográfico de 2010, esses divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística.

Tendo como fonte o censo demográfico, o documento supra citado apresenta que em 2010 o número de indivíduos residentes no Brasil que frequentavam a rede privada de ensino era de 13.044.781 (treze milhões, quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e uma pessoas). Esse número representa um acréscimo de 29,56% em relação ao censo do ano 2000.

Os números analisados referem-se ao ensino formal. Não são contabilizados nesta pesquisa os números relativos a cursos livres, cursos de curta duração, e academias.

Os níveis de ensino abrangidos por essa pesquisa são classificados em 2010 em: creche, pré-escolar ou classe de alfabetização, alfabetização de adultos, fundamental, médio, superior de graduação, especialização de nível superior e mestrado ou doutorado.

A partir da análise do documento pode-se afirmar que a abrangência do ensino privado no Brasil estende-se a aproximadamente 21,55% dos domicílios brasileiros.

3.3.1 As Escolas Privadas de Ensino Fundamental no Brasil

Como vimos acima o último censo apresentou considerável crescimento no Brasil em relação ao censo anterior. Porém vale ressaltar de acordo com “Números do Ensino Privado 2013” da FGV:

O crescimento das matrículas em escolas particulares não foi homogêneo entre níveis educacionais. Enquanto na educação profissional, ensino fundamental e educação infantil os números são crescentes no período analisado, observam-se retrações na educação de jovens e adultos, educação especial e ensino médio. Excetuando-se o ensino fundamental, nos demais níveis as mudanças verificadas nas redes privadas e oficial tiveram o mesmo sentido, isto é, ou ambas apresentaram expansão ou ambas representaram contração. (NÚMEROS...,2013,p. 25)

O número total de estabelecimentos de ensino fundamental (públicos e privados) no Brasil em 2005 era de 33.534.561, e em 2012 somente 29.702.498, indicando uma diminuição de 1,72%. Neste mesmo período porém o número de estabelecimentos privados de ensino fundamental subiu de 3.376.769 para 4.270.932 – um crescimento de 3,41%.

O número de estudantes que frequentavam o ensino fundamental privado no ano 2010 era de 3.971.286 (três milhões novecentos e setenta e um mil e duzentos e oitenta e seis alunos) – um número 6,98% maior que apresentado no censo do ano 2000 e portanto indicando um crescimento de 0,68% ao ano do número de alunos do Ensino Fundamental na rede privada.

4 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PRIVADAS

No art. 19º da Constituição, é assegurado no Brasil a coexistência de escolas públicas e privadas. As escolas públicas precisam de coerência com quem as mantém – o Estado – que é laico, e portanto a importância da legislação destinada às escolas pública. Da mesma forma as escolas privadas, cuja livre iniciativa é assegurada pela legislação, estabelecem sua relação com o Ensino Religioso, de acordo com as características de suas mantenedoras.

No Art. 20º da Constituição Brasileira, encontramos quatro categorias nas quais se encontram as escolas privadas:

Art. 20º. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessionais, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei. (BRASIL, 1988, p.9)

Nas escolas públicas de ensino fundamental, o ensino religioso é de matrícula facultativa, oferecida dentro do próprio horário de aula, e é compreendida na LDB como “parte integrante da formação básica do cidadão”. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Ensino Religioso deve ser “assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. Como menciona SILVA, na 38ª edição do Curso de Direito Constitucional Positivo “Vale dizer: é um direito do aluno religioso ter a possibilidade de matricular-se na disciplina, mas não lhe é dever fazê-lo.”(2015)

Ainda referente ao Ensino Religioso nas escolas públicas estabelece a LDB que, é atribuição dos sistemas de ensino (estaduais e municipais) a “definição dos conteúdos, do ensino religioso”, desde que ouvidas as entidades civis “constituída pelas diferentes denominações religiosas”.

Estas determinações acima são direcionadas às escolas públicas e são as mais conhecidas e debatidas nos cursos de formação de professores, nas salas de aula e nos meios de comunicação, e portanto de conhecimento por parte dos educadores e da sociedade.

Uma generalização incorreta portanto, é atribuir às escolas privadas, mantidas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado com características próprias, a especificidade do ensino religioso oferecido nas escolas públicas e mantidas pelo Estado laico, que não pode fazer opção por nenhuma religião. Sobre o assunto diz ainda SILVA: “Note-se ainda que só as escolas públicas são obrigadas a manter a disciplina e apenas no ensino fundamental” (2015).

A própria atribuição dos sistemas de ensino estadual e municipal, de ouvir as entidades civis e definir os conteúdos do ensino religioso do ensino fundamental são referentes às escolas públicas mantidas pelo estado laico, e não deve ser entendida como autorização para interferência na oferta do Ensino Religioso das escolas privadas, cujos mantenedores possuem características próprias.

4.1 A LEGISLAÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PRIVADAS

Ressaltamos duas situações fundamentais do Parecer 16/98, do Conselho Nacional de Educação no item “preceito legal maior”. A primeira, indica o dever da

escola pública de ministrar o ensino religioso: “1ª - O que fazer ou qual a obrigação legal? Está explicitado na Lei Maior: ministrar Educação Religiosa no Ensino Fundamental da rede pública.”

O segundo abordando a “competência dos estabelecimentos de ensino” na “organização e cumprimento de sua PROPOSTA PEDAGÓGICA” faz ao final uma referência explícita e exclusiva aos estabelecimentos de ensino da iniciativa privada:

Ficam assim claramente definidos tanto, o O QUE FAZER e o COMO FAZER.

Isto posto, há que considerar-se ainda, como de muita importância para o mérito da questão, que se tenha em conta a competência dos estabelecimentos de ensino, principalmente, na organização e cumprimento de sua PROPOSTA PEDAGÓGICA, como “in verbis” do artigo 12, da LDB nº 9.394/96 :

”Art. 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

É na proposta pedagógica que os estabelecimentos de ensino deverão dispor o seu currículo, sua grade curricular, suas disposições pedagógicas e didáticas, com todo o processo educativo e de aprendizagem, que a filosofia de sua entidade mantenedora e/ou a própria escola - (entidade educativa) - tem como princípio de proceder, este último contexto, quando se tratar de estabelecimentos de ensino da iniciativa privada. (BRASIL, 1998, p.4)

4.2 A NÃO OBRIGATORIEDADE DA OFERTA

Na Resolução 02/98 do Conselho Nacional de Educação, o Ensino Religioso é listado junto com Matemática, Ciências, Geografia, História, e outras áreas do conhecimento relacionadas na base nacional comum. Porém, no Ensino Religioso, e somente nele, a resolução toma o cuidado de ressaltar que deve ocorrer na forma no art. 33 da Lei 9.394. Ou seja, o fato do Ensino Religioso estar listado na base nacional comum, não se sobrepõe ao fato que o Ensino Religioso se “constitui disciplina dos horários normais das **escolas públicas** de ensino fundamental”. E portanto, a resolução não dá margem para ser confundida como extensão da oferta obrigatória de Ensino Religioso para as escolas privadas.

O Parecer 16/98 , do Conselho Nacional de Educação ressalta duas situações fundamentais no item “preceito legal maior”. Uma, delas indica a não obrigatoriedade da oferta do ensino religioso nas escolas privadas, ao indicar a obrigação da escola pública, e enquanto obrigação somente da escola pública de ministrar o ensino religioso. Diz o texto do parecer: “1ª - O que fazer ou qual a obrigação legal? Está explicitado na Lei Maior: ministrar Educação Religiosa no Ensino Fundamental da rede pública.”

4.3 A OBRIGATORIEDADE DA MATRÍCULA NO ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PRIVADAS

Conforme mencionado acima, a LDB estatui que os estabelecimentos de ensino devem confeccionar suas propostas pedagógicas, o que oportuniza às escolas particulares a inclusão ou não do Ensino Religioso em sua grade de conteúdo, bem como sua forma de avaliação e matrícula.

Tal entendimento foi corroborado pelo PARECER 120/06 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, datado de 12 de maio de 2006, pelo qual estabelece que “apenas as Instituições PRIVADAS que por questões próprias optarem por repetir a postura de matrícula facultativa é que deverão fazer cumprir o art. 5º desta Deliberação”².

Esclarecendo o tema o citado PARECER aponta como importante que

“...cada instituição que seja reconhecida como tal apresente em seu Estatuto e Regimento esta explicitação de ESCOLA PRIVADA CONFSSIONAL, assim como os estudantes ou seus responsáveis ao matricularem nestas instituições tenham clareza desta confessionalidade e ideologia específica que será explicitada por meio de atividades e da organização escolar”.(PARANÁ...,2006, p.4)

Assim, se nos documentos constitutivos das escolas particulares o Ensino Religioso foi matéria de presença obrigatória, os alunos nela matriculados deverão fazer presentes. Sendo mister, todavia, que seja dada ciência aos estudantes e responsáveis.

O citado Parecer não deixa dúvida quanto ao tema: **“Como já foi explicitado na quarta questão a família ao matricular o filho em uma Escola Privada Confessional está assumindo o perfil de instituição de ensino”** (grifamos). (PARANÁ...,2006, p.5)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, verificamos que no atual ordenamento jurídico brasileiro a escola privada encontra-se amparada em um arquétipo da nossa sociedade ao lado da cidadania, dignidade da pessoa humana e a pluralidade política que é a livre iniciativa, vez que a promoção do ensino não é de caráter exclusivo do Estado.

Assim, apoiado pelo próprio laicismo republicano, que não pode optar por nenhuma etnia, raça ou religião, as escolas particulares podem optar 1) por não oferecer o ensino religioso em sua grade curricular, de acordo com a filosofia de sua mantenedora, bem como 2) podem promover o Ensino Religioso de acordo com sua confessionalidade, sendo esta presença não-facultativa desde que tornado explícito nos Estatutos e Regimentos próprios.

² A Deliberação a que se refere o citado Parecer estabelece” Art. 5º - O estabelecimento deverá providenciar atividades pedagógicas adequadas, sob a orientação de professores habilitados, aos alunos que não optarem pela participação às aulas de ensino religioso”.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Manoel. A histórica contribuição do ensino privado no Brasil. Educação, v. 32, n. 1, 2009.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB Passo a Passo. 4 ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> acessado em 20/05/2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394 publicada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 20/05/2015.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Lei nº 9.475 publicada em 22 de junho de 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer nº 97/99 do Conselho Nacional da Educação. Brasília: Câmara de Educação Básica, 1999

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer nº 16/98 do Conselho Nacional da Educação. Brasília: Câmara de Educação Básica, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução nº 02/98 do Conselho Nacional da Educação. Brasília: Câmara de Educação Superior, 1998.

NÚMEROS DO ENSINO PRIVADO. São Paulo: FGV IBRE FENEP: 177 p. 2013.

PARANÁ. Parecer nº 120/06 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná. Curitiba: Câmara de Legislações e Normas, 2006

MATEUS, Luis M. Laicismo e Laicidade. In: República e Laicidade. Disponível em <<http://www.laicidade.org/topicos/archives/>> acessado em 11 de abril de 2015

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 38 ed. São Paulo: Malheiros, 2015

VELLOSO, Leandro. Concessões e Permissões. In: Exame da OAB – Disponível em <http://www.leandrovelloso.adv.br/exibeexameoab.asp?varcodcon=251> acessado em 31 de maio de 2015.